

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1014075-22.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Cheque**
 Requerente: **Cooperativa Educacional de São Carlos**
 Requerido: **Alessandra Aparecida Batista Milori**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

COOPERATIVA EDUCACIONAL DE SÃO CARLOS ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA** em face de **ALESSANDRA APARECIDA BATISTA MILORI**, todos devidamente qualificados nos autos.

Aduziu a autora, em síntese, que é credora da requerida pelo montante atualizado de R\$ 4.342,73, referente a cheques não compensados, protestados e prescritos. Pede a procedência da ação e a condenação da requerida no pagamento do valor acima pontuado.

A inicial veio instruída com os documentos (fls. 4/55).

Devidamente citada, a requerida não apresentou defesa, ficando reconhecida em estado de contumácia (fls. 73).

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

DECIDO.

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do art. 355, II, do Código de Processo Civil.

A pretensão é procedente.

Ante a ocorrência do efeito material revela presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344 do CPC). Com o silêncio o requerida confessou o débito consubstanciado nos cheques juntados por cópia com a vestibular.

* * *

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** a súplica inicial para o fim de **CONDENAR** a requerida **ALESSANDRA APARECIDA BATISTA MILORI** a pagar à autora, COOPERATIVA EDUCACIONAL DE SÃO CARLOS a quantia de **R\$ 4.342,73** (QUATRO MIL, TREZENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E SETENTA E TRÊS CENTAVOS), com correção monetária a partir do ajuizamento acrescida de juros de mora à taxa legal a contar da citação.

Sucumbente, arcará ainda a requerida com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da condenação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Transitada em julgado esta decisão caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença fazendo o requerimento necessário, nos termos dos artigos 523 e ss do CPC.

P. R. I.

São Carlos, 16 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**